

Dilma cria programa nos moldes do PAC para combate à miséria

Paulo de Tarso Lyra

De Brasília

A presidente Dilma Rousseff determinou ontem, durante a primeira reunião interministerial da área social, a criação de um programa para o setor nos mesmos moldes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — com metas, estratégias de ação e mecanismos de cobrança. O encontro de ontem, que contou com a presença de 11 ministérios e mais o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, definiu que as linhas de atuação vão se dar em três eixos: políticas de inclusão social, ampliação da rede de serviços e ampliação das redes de transferência de renda.

De acordo com a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, Dilma não deu um prazo para a apresentação do programa. Mas cobrou empenho

dos ministros envolvidos na discussão. "A determinação da presidente Dilma é que não tenhamos algo que não tenha um mínima de consistência", disse Tereza Campello. Foi a segunda reunião do grupo com a presença de Dilma — o primeiro encontro aconteceu durante o governo de transição, em novembro.

Dilma reforçou o seu desejo, firmado como compromisso durante a campanha eleitoral, de eliminar a pobreza extrema no Brasil. Esta é, inclusive, uma das primeiras discussões que precisam ser concluídas no grupo: como se mede a pobreza extrema. O grupo parte de análises feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

As famílias beneficiadas pelo Bolsa Família podem servir de parâmetro. Mas o benefício só atende pessoas carentes que te-

nam filhos. Casais pobres sem filhos estão fora dessa política de transferência, por não terem condições de apresentar as contrapartidas. De acordo com assessores que acompanham de perto os debates, o grande desafio será encontrar caminhos de "chegar a essas pessoas".

Coordenadora da equipe que formatou o Bolsa Família, Ana Fonseca será a secretária-executiva do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema. Ela disse que a intenção é manter o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). "Estes dois programas estão previstos em lei, não podem ser simplesmente extintos".

Tereza Campello afirmou que o grande objetivo é avançar nos programas sociais, transpondo os limites da distribuição de renda. Dados do governo mostram que, do total de excluídos

que ascenderam à classe média nos últimos anos, apenas 20% são beneficiários exclusivos do Bolsa Família. Os outros 80% foram beneficiados pela formalização dos postos de trabalho e pelos reajustes do salário mínimo acima da inflação. "Não vamos eliminar a pobreza extrema apenas com transferência de renda. Precisamos de saneamento, geração de postos de trabalho, saúde, educação e qualificação profissional", enumerou ela.

Segundo a ministra do Desenvolvimento Social, oito ministérios vão participar do conselho gestor do programa, embora da reunião tenham participado 11 Pastas: Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Agrário, Trabalho, Educação, Saúde, Fazenda, Planejamento, Secretaria-Geral, Cidades, Integração e Casa Civil, além do presidente do BNDES, Luciano Coutinho.